

CNPJ: 13.071.253/0001-06

#### REPUBLICAÇÃO - DECRETO Nº 32/2020, de 03 de Julho de 2020.

Dispõe sobre as medidas complementares ao Decreto 04/2020, de 17 de março de 2020 e seguintes, temporárias e necessárias para prevenção, controle e enfrentamento do COVID-19 (Corona vírus) e decretar medidas transitórias de isolamento social restritivo (**lockdown**) no âmbito do município de Presidente Tancredo Neves, Bahia a dá outras providências.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE TANCREDO NEVES**, ESTADO FEDERADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe conferem da Lei Orgânica Municipal, tendo em vista o disposto na Lei nº 13.979/2020, na Portaria MS/GM Nº 356/2020 e na Portaria MS/GM nº 188/2020, e, ainda.

**CONSIDERANDO** o Decreto nº 004 de 17 de março de 2020;

CONSIDERANDO o Decreto nº 005 de 19 de março de 2020;

**CONSIDERANDO** o Decreto nº 006 de 20 de março de 2020;

**CONSIDERANDO** o Decreto nº 007 de 23 de março de 2020;

**CONSIDERANDO** o Decreto nº 008 de 23 de março de 2020;

**CONSIDERANDO** o Decreto nº 009 de 26 de março de 2020;

**CONSIDERANDO** o Decreto nº 012 de 02 de abril de 2020;

**CONSIDERANDO** o Decreto nº 014 de 06 de abril de 2020;

**CONSIDERANDO** o Decreto nº 019 de 20 de abril de 2020;

# ESTA Prefe

## ESTADO DA BAHIA Prefeitura Municipal de Presidente Tancredo Neves

CNPJ: 13.071.253/0001-06

**CONSIDERANDO** o Decreto nº 0020 de 05 de maio de 2020;

**CONSIDERANDO** o Decreto nº 0023 de 20 de maio de 2020;

CONSIDERANDO o Decreto nº 24/2020 de 23 de maio de 2020;

**CONSIDERANDO** o Decreto nº 26/2020 de 05 de junho de 2020;

**CONSIDERANDO** o Decreto nº 29/2020 de 16 de junho de 2020;

**CONSIDERANDO** o Decreto nº 30/2020 de 22 de junho de 2020;

**CONSIDERANDO** a calamidade pública que assola o país;

**CONSIDERANDO** que a Assembleia Legislativa da Bahia, reconheceu estado de calamidade no Município decorrente da Pandemia;

**CONSIDERANDO** que houve descumprimento das recomendações de distanciamento social e, por isso, na presente data, o Município conta com 139 casos confirmados, com 154 em análise e 278 em quarentena;

**CONSIDERANDO** que muitas outras pessoas podem (e com certeza estão) com o vírus, ainda sem apresentar sintomas, principalmente porque os munícipes que apresentaram sintomas estavam andando livremente;

**CONSIDERANDO** que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do art. 196 da Constituição da República;

**CONSIDERANDO** que o Município não tem nenhum leito de UTI para tratamento da doença;

**CONSIDERANDO** que o Supremo Tribunal Federal no bojo da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF n° 672 e da Ação Direta de Inconstitu-



CNPJ: 13.071.253/0001-06

cionalidade - ADI nº 6.341, reafirmou a competência concorrente da União, Estados e Municípios para legislarem sobre normas que cuidem da saúde, dirigirem o sistema único e executem ações de vigilância sanitária e epidemiológica;

**CONSIDERANDO** a competência concorrente normativa e administrativa municipal, por se tratar de questão de saúde pública voltada ao coletivo, objetivando a proteção de todos os cidadãos, indistintamente;

**CONSIDERANDO** que o Secretário de Saúde da Bahia (Sesab), por conta do alastramento da infecção, recomendou o uso que todos que tenham que saírem de suas casas usem máscaras de proteção, independentemente de estarem com sintomas ou trabalharem na área de saúde;

**CONSIDERANDO** a posição do Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19) no sentido de endurecer a medidas para barrar o surto da doença no âmbito do Município;

#### **DECRETA**

**Art. 1º.** Fica suspenso o funcionamento de toda e qualquer atividade comercial e prestação de serviços no âmbito do Município de Presidente Tancredo Neves entre o período de **06 de julho** até às 00h do dia **13 de julho de 2020**, podendo tal medida ser prorrogada ou cancelada, conforme necessidade sanitária.

**§1º** Excetuam-se da proibição disposta no caput do presente artigo, as atividades relacionadas abaixo e seus respectivos horários de funcionamento:

I. estabelecimentos hospitalares (horário normal);

#### I-A - Unidade da Saúde da Família (horário normal)

 II. clínicas veterinárias, clínicas odontológicas, clinicas de fisioterapia e clínicas médicas (apenas atendimento em regime de emergência);



#### ESTADO DA BAHIA

### Prefeitura Municipal de Presidente Tancredo Neves

CNPJ: 13.071.253/0001-06

III. farmácias e drogarias (diariamente, das 08:00 h às 18:00 h, sendo facultado os atendimentos em regime de delivery, até as 22:00 h);

IV. laboratórios (de Segunda a Sexta, dás 7:00 h às 12:00 h.);

V. funerárias e serviços relacionados (diariamente, expediente normal);

VI. serviço de segurança pública e privada; (diariamente, expediente normal)

VII. serviço de assistência social (em regime de home office);

VIII. advogados no exercício da profissão;

IX. postos de combustíveis, exclusivamente para abastecimento (diariamente, expediente normal);

X. atividades inerentes a circulação de cargas de qualquer espécie que possam acarretar desabastecimento de gêneros necessários à população;

XI. supermercados, açougues, hortifrutigranjeiros, (podendo funcionar em regime de delivery, das 08:00 h às 15:00 h, sendo vedado a abertura do estabelecimento);

XII. casas de panificação e padarias (poderão funcionar em regime de Delivery, das 06:30 h às 19:00 h, diariamente, inclusive domingos e feriados)

XIII. distribuidores de água e GLP (pode funcionar em regime de delivery, das 07:00 h às 20:00 h)

XIV. os serviços de entrega domiciliar de alimentos e mercadorias (**delivery**) **devidamente identificados até 22h00min.** 

XV. serviços Prestados pela Coelba, provedores de internet e empresas de Telefonia; (horário normal de funcionamento);





### Prefeitura Municipal de Presidente Tancredo Neves

CNPJ: 13.071.253/0001-06

XVI. oficinas e borracharias (segunda a sábado das 07:00 h às 12:00h, apenas procedimento de emergência).

XVII. casas de rações e/ou insumo animal (pode funcionar em regime de delivery, das 07:00 h às 15:00 h).

§ 2º As atividades de Registro Civil de Pessoas Naturais e as agencias dos CORREIOS, poderão funcionar, excepcionalmente, para procedimentos de urgência;

§ 3ºdurante o funcionamento dos estabelecimentos listados nos § 1º e § 2º, os responsáveis deverão reduzir o numero de funcionários/jornada em pelo menos 50% (cinquenta por cento), admitindo-se apenas as pessoas imprescindíveis ao trabalho;

§ 4º Serviço de limpeza pública (coleta de lixo), execução das obras públicas de construção civil, exclusivamente, aquelas atinentes ao saneamento básico e ligadas diretamente à saúde, bem como manutenção de estradas vicinais.

§ 5º Os Cultos, celebrações, reuniões e demais cerimonias religiosas de qualquer, igreja, denominação ou congregação deverão ser realizados em formato virtual, condicionado a sua realização, exclusivamente, as pessoas imprescindíveis à efetivação da transmissão.

**Art. 2º** Durante a vigência do **lockdown,** fica também proibida a realização dos seguintes atividades:

I – o funcionamento de todas as agencias bancárias, INCLUSIVE, os serviços de autoatendimento, que deverão permanecer inacessíveis/desligados/inoperantes;

II – o funcionamento de todos os agentes lotéricos (casas lotéricas);

III - o funcionamento de compra e venda de produtos da região (firmas de cacau);



CNPJ: 13.071.253/0001-06

 IV – a realização de atividades físicas nas vias públicas municipais, independente do numero de pessoas;

V – o funcionamento da feira livre, que geralmente acontece na praça duque de Caxias; o comércio ambulante nas vias e logradouros públicos, inclusive as feiras de confecções situadas na Av. Wellington Nunes dos Santos;

VII – aos hotéis e pousadas não será permitido o recebimento de novos hóspedes durante esse período, salvo de profissionais de saúde ligados diretamente ao enfrentamento do coronavírus e de caminhoneiros ou transportadores de insumo essencial, cuja hospedagem deve ser automaticamente comunicado ao órgão de Vigilância Sanitária Municipal.

**Art. 3º** O atendimento ao Público na Prefeitura Municipal estará suspenso e funcionará com expediente interno;

**Art. 4º** Fica determinada a proibição de locomoção de qualquer cidadão no território do Município de Presidente Tancredo Neves, entre o período de **06 de julho até o às 00h do dia 13 de julho de 2020**, com possibilidade de prorrogação, ficando proibida, também, toda e qualquer reunião, pública ou privada, inclusive de pessoas da mesma família que não coabitem a mesma residência, independentemente do número de pessoas.

**§ 1º** Excetuam-se da proibição disposta no caput do presente artigo, as pessoas que exerçam atividades dispostas no §1°, §2°, §4° e §5° do art. 1°, deste Decreto, bem como no caso de circulação de pessoas para fins de acesso aos serviços essenciais e/ou sua prestação, comprovando-se a necessidade e urgência, preferencialmente, de maneira individual, sem acompanhante, sempre com uso de máscaras;

§ 2º Para garantir observância deste decreto fica autorizado o bloqueio e interdição de vias e blitz fiscalizatória em todos os pontos da cidade, conforme orientação da Vigilância em Saúde.



CNPJ: 13.071.253/0001-06

**Art. 5º** A desobediência às medidas aqui impostas, necessária para garantir à vida à população, implicará em crime previsto nos artigos tipificados no art. 267 e art. 268, ambos do Código Penal Brasileiro, bem como incidirão nas sanções administrativas previstas na Lei Federal 6.437/77 e haverá apreensão de veículos e condução forçada de pessoas pelas autoridades, em decorrência do descumprimento do disposto no caput deste artigo;

**Parágrafo único**. Tanto a guarda Municipal como a Polícia Militar farão cumprir as determinações impostas neste decreto;

**Art. 6º** continuam suspensas, **por trinta dias**, com possibilidade revisão ou prorrogação se necessário:

I - Os eventos e atividades com a presença de público, ainda que previamente autorizados, quaisquer espécies de aglomeração pública, independente do horário, decorrente de reuniões, festas ou qualquer outro evento de acesso ao público tais como: eventos desportivos, religiosos, shows, passeatas e afins, recomendando-se, inclusive o recolhimento de todos a partir das 20h, sendo fiscalizado pelo destacamento da Policia Militar do município.

II - As atividades letivas, nas unidades de ensino, públicas e particulares, a serem compensadas nos dias reservados para os recessos futuros e a compensação serão disciplinadas pela secretaria municipal de educação;

III - Fica determinantemente proibido o uso de sons automotivos e ou de qualquer outra espécie para evitar a aglomeração de pessoas, o que gerará a imediata apreensão do som e veículo;

Art. 7° As medidas previstas no Decreto n° 030/2020 de 22 de junho de 2020, ficam aqui prorrogadas até às 23h59min do dia 05 de julho de 2020.

**Art. 8°.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e produzirá seus efeitos a partir dás **00:00 h do dia 06 de julho de 2020.** 



CNPJ: 13.071.253/0001-06

**Art. 9º** O presente decreto poderá sofrer alterações em decorrência de real necessidade diante da evolução ou não da pandemia do Coronavírus.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE TANCREDO NEVES - BAHIA, 03 DE JULHO DE 2020.